10:12 91%

Veto de Lula mira emendas do centrão, e governo tenta evitar crise com Congresso

Continuação da pág. A4

As emendas de comissão têm sido turbinadas pelo Parlamento nos últimos anos. Em 2022, elas representaram um total de R$ 330 milhões. Para 2024, o Congresso aprovou R$ 16,6 bilhões, em dezembro. Mas o Planalto diz que o acordo era o valor de R$ 11 bilhões, outro argumento usado para justificar o corte.

O governo justificou o veto afirmando que durante a tramitação no Congresso, dotações inicialmente programadas pelo Executivo "sofreram redução considerável", e parte dos recursos foi direcionada para as emendas de comissão. Disse que a medida foi necessária porque "programações relevantes" ficariam comprometidas.

O corte de Lula se soma a outras ações que foram mal recebidas pelo Congresso e que azedaram a relação entre Executivo e Legislativo. No final de dezembro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), editou uma medida provisória que reonera a folha de pagamentos de setores da economia. A medida gerou fortes críticas entre deputados e senadores, que acusaram o ministro de insistir numa política que já tinha sido rejeitada em votação pelo Parlamento.

Na semana passada, em outra iniciativa que irritou uma importante bancada do Legislativo, a Receita suspendeu a ampliação de um benefício tributário concedido a pastores.

A decisão entrou na mira dos deputados da Frente Parlamentar Evangélica, e o governo precisou anunciar a criação de um grupo de trabalho para tratar do tema. Com as ameaças dos parlamentares religiosos, o Planalto avalia retomar o benefício.

Como funcionam as emendas parlamentares

O QUE SÃO
A cada ano, o governo tem que enviar ao Congresso até o fim de agosto um projeto de lei com a proposta do Orçamento para o ano seguinte. Ao receber o projeto, congressistas têm o direito de **direcionar parte da verba** para obras e investimentos de seu interesse pelas emendas parlamentares. Muitas vezes, em vez de seguirem critérios técnicos de demandas por serviços públicos e obras, deputados e senadores priorizam o atendimento de seus redutos eleitorais. Série de reportagens da **Folha** em 2022 mostrou, por exemplo, como o uso das emendas parlamentares tem ampliado o abismo no acesso a água

AUMENTO DAS EMENDAS
Em ano eleitoral, o Congresso chegou a aprovar um valor recorde de **R$ 53 bilhões** para emendas. Mesmo com o veto de Lula, o saldo será cerca de R$ 47,5 bilhões, o que ainda representará um patamar sem precedentes. No primeiro ano do atual governo Lula, foram reservados R$ 46,5 bilhões para atender aos parlamentares. O aumento do valor das emendas é visto como um entrave para a relação de Lula com o Congresso. Isso amplia a margem para deputados e senadores votarem de forma independente ao governo, pois eles já têm a garantia milhões de reais para enviar a suas bases. Além disso, desde 2015, foram aprovadas medidas que diminuíram a margem de barganha do governo por meio das emendas individuais e de bancada

TIPOS DE EMENDAS
As emendas parlamentares se dividem atualmente em:
- **Emendas individuais**
cada um dos 594 congressistas tem direito de apresentar até 25 emendas individuais. A execução das emendas era uma decisão política do governo, que poderia ignorar a destinação apresentada pelos parlamentares. A partir de 2015, por meio da emenda constitucional 86, o Executivo passou a ser obrigado a executar as despesas previstas por elas
- **Emendas de bancadas:**
É a verba proposta pelas bancadas estaduais. Em 2019, o Congresso ampliou o orçamento impositivo ao aprovar a emenda constitucional 100, tornando obrigatório o pagamento deste tipo de emenda
- **Emendas de comissão:**
São valores propostos pelas comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado, e pelas comissões mistas, do Congresso. O veto de Lula foi neste tipo de emenda. Líderes do Congresso admitem que as emendas de comissão devem funcionar como as extintas emendas de relator
- **Emendas de relator:**
principal moeda de troca nas negociações do governo de Jair Bolsonaro (PL) e do Legislativo, o mecanismo das emendas de relator foi derrubado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no fim de 2022. Segundo a decisão, elas só podem ser usadas apenas para correções pontuais no projeto orçamentário, formuladas pelo relator do Orçamento

CRONOLOGIA DAS EMENDAS

Não obrigatórias
Até 2015, emendas parlamentares eram de critério político do governo federal, podendo ignorá-las na execução do Orçamento; não havia regras para a indicação dos recursos pelos parlamentares

Emendas impositivas
Em 2015, foi aprovada emenda constitucional impondo ao governo o pagamento das emendas individuais previstas pelas emendas parlamentares. Metade dos valores deve ser destinado para a Saúde, e em caso de contingenciamento as emendas serão congeladas na mesma proporção do Orçamento

Ampliação
Em 2019, o Congresso amplia o orçamento impositivo ao aprovar a emenda constitucional 100, tornando obrigatório o pagamento das emendas de bancadas estaduais

Transparência
Em 2021, STF determinou a divulgação do processo de definição e a execução das emendas de relator nos orçamentos de 2020 e 2021. Também mandou que fossem registradas todas as demandas parlamentares voltadas à distribuição desse tipo de emenda

Fim da emenda de relator
Em dezembro de 2022, o Supremo torna inconstitucional o uso amplo das emendas de relator; elas devem ser usadas apenas para correções do relator-geral do Orçamento durante as discussões do projeto

PL e PT terão maiores fatias de fundo eleitoral bilionário

Valor de R$ 4,96 bilhões é o dobro da verba pública para a campanha de 2020

Thiago Resende

Lula e Tebet durante assinatura de sanção do Orçamento Ricardo Stuckert - 22.jan.24/Divulgação Presidência

BRASÍLIA O PL de Jair Bolsonaro e o PT de Lula serão os partidos que receberão as maiores fatias do fundo eleitoral de para o pleito de 2024.

O presidente Lula sancionou, nesta segunda-feira (22), o valor de R$ 4,96 bilhões para financiar as campanhas da eleição municipal deste ano. A cifra havia sido aprovada pelo Congresso Nacional e representa um recorde para as campanhas nos municípios.

O fundão é repartido de acordo com regras previstas na legislação eleitoral. Entre os critérios estão os tamanhos das bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado.

Bolsonaro foi derrotado na corrida presidencial de 2022, mas o PL conseguiu eleger a maior bancada de deputados federais. O PT ficou com a segunda maior bancada na Casa Legislativa.

O PL deverá receber R$ 863 milhões para bancar as atividades dos candidatos do partido neste ano. A previsão para o PT é de R$ 604 milhões.

Em seguida estão União Brasil (R$ 517 milhões), PSD (R$ 427 milhões), MDB (R$ 410 milhões) e PP (R$ 406 milhões). Republicanos (R$ 332 milhões), Podemos (R$ 249 milhões), PDT (R$ 171 milhões) e PSDB (R$ 156 milhões) completam a lista dos dez partidos que mais receberão recursos.

O cálculo foi feito por Henrique Cardoso Oliveira e Jaime Matos, cientistas políticos da Fundação 1º de Maio, ligada ao partido Solidariedade.

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) deverá divulgar uma tabela oficial com a divisão da verba até o fim de junho. Os valores, no entanto, poderão sofrer ajustes.

Os cálculos da Fundação 1º de Maio consideram o partido Novo, que costuma abrir mão do fundo eleitoral em suas campanhas.

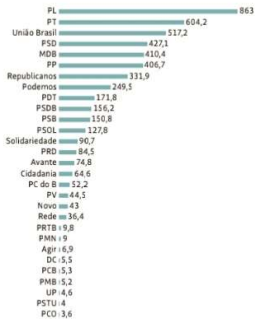
O fundão turbinado significa uma expansão do poder dos dirigentes partidários na eleição, já que o patamar é praticamente o dobro do distribuído aos partidos em 2020, última disputa para os cargos de prefeito e vereador.

Até 2015, as grandes empresas, como bancos e empreiteiras, eram as principais responsáveis pelo financiamento dos candidatos. Naquele ano, o STF (Supremo Tribunal Federal) proibiu a doação empresarial sob o argumento de que o poder econômico desequilibrava o jogo democrático.

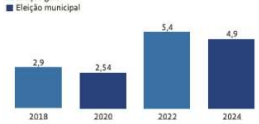
A partir das eleições de 2018, foi então criado o fundo eleitoral, que usa dinheiro público para bancar as atividades de campanha dos candidatos.

Distribuição do Fundo Eleitoral por sigla nas eleições deste ano

Partidos com maior fundo eleitoral
Valor, em R$ milhões



Valor total do fundo eleitoral desde implementação
Em R$ bilhões, corrigidos pela inflação



Fontes: Fundação 1º de Maio e TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

O fundão da última eleição municipal, em 2020, ficou estabelecido em R$ 2 bilhões (quantia que, com a correção da inflação, seria agora de aproximadamente R$ 2,5 bilhões).

Dirigentes partidários argumentaram que não seria possível fazer uma campanha eleitoral com menos dinheiro do que em 2022, cujo fundo foi de R$ 4,9 bilhões. Só que aquele foi um ano de eleições gerais, com disputa para presidente, governadores, senadores e deputados federais e estaduais.

O aumento dos recursos para financiamento da campanha deste ano teve participação de partidos de diferentes cores, como PT e PL, além das siglas do centrão.

A cúpula da Câmara se alinhou aos presidentes de partidos e garantiu o apoio necessário para o fundão turbinado. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e outros senadores, porém, tentaram reduzir a cifra de quase R$ 5 bilhões.

Pacheco chegou a afirmar, no fim do ano passado, que o uso de R$ 4,9 bilhões de dinheiro público para bancar a campanha de prefeitos e vereadores nas eleições "é um erro grave do Congresso". Para ele, isso vai antecipar a discussão sobre a volta do fundo privado.

Na avaliação de senadores, não haveria justificativa plausível para distribuir a candidatos a prefeito e vereador — que percorrem apenas seus municípios — o mesmo montante usado em uma corrida para presidente, governadores, senadores e deputados federais. Mas a iniciativa dessa ala contrária ao fundão inflado falhou.

Ao sancionar a cifra bilionária, a postura de Lula se difere do tratamento dado pelo seu antecessor. O ex-presidente Bolsonaro teve um histórico de recuos com o fundo eleitoral, que ocorriam sempre após pressão nas redes sociais pelos seus apoiadores.

No final do seu primeiro ano de governo, por exemplo, prometeu veto aos recursos públicos para campanhas, mas pouco depois voltou atrás alegando que poderia levar a um processo de impeachment.

Em 2018, a campanha presidencial dele tinha um discurso contrário a gastos públicos para bancar atividade eleitoral. Apesar disso, em 2018 e 2022, ele usou este tipo de recurso.

Lula afirma que Janja é seu farol e 'vive a política 24 horas'

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) disse que a primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, é uma espécie de farol para ele e que chama a sua atenção quando há "coisa errada".

"A Janja é o meu farol, aquele farol que guia. Quando tem coisa errada, ela me chama a atenção. Quando tem alguma coisa no jornal errada, ela me chama a atenção. Quando tem coisa na rede, ela me chama a atenção. Às vezes ela fala [alguma] coisa para mim que a minha assessoria não fala. E isso, obviamente, me ajuda", disse o presidente em entrevista à rádio Metrópole da Bahia na manhã desta terça (23).

Como a **Folha** mostrou, mesmo na ausência de um cargo oficial, a primeira-dama se manteve influente conselheira de Lula ao longo do primeiro ano de mandato do petista, em 2023, com atuação que extrapolou os limites do Palácio do Planalto, chegando ao Legislativo e ao Judiciário.

Exemplo foi sua participação nas reuniões de Lula com aliados durante a invasão da sede dos três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro do ano passado, quando se manifestou contra a decretação de uma GLO (Garantia da Lei e da Ordem). Segundo relatos, ela afirmou que isso significaria entregar o poder civil aos militares.

Lula disse que além dos cuidados pessoais que Janja tem em relação a ele, ela "vive a política 24 horas por dia". E que é interessada em questões sociais, temas relacionados ao meio ambiente, à sustentabilidade e é "muito preocupada com a questão das mulheres".

"Você não tem noção como ela me cobra quando o [fotógrafo Ricardo Stuckert] Stuckinha tira uma fotografia minha e que só tem homem. Quando ela vê a foto ela fica horrorizada. 'Você não tinha mulher para colocar na foto? Por que só homem, só homem, só homem?' E, às vezes, a maioria é homem mesmo, fazer o quê?", afirmou o petista.

Desde a campanha eleitoral, a socióloga afirma que quer ressignificar o papel de primeira-dama, historicamente associada ao trabalho voluntário. A onipresença dela e sua avaliação em temas de economia a cultura provocou atritos com membros do governo e aliados do petista.

Lula disse ainda que as mulheres conquistaram empoderamento e querem ser sujeitos da história, não mais coadjuvantes. **Victoria Azevedo**